

Superior Tribunal de Justiça

PExt no HABEAS CORPUS Nº 531.237 - SP (2019/0263564-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : FLAVIA ROBERTA DE OLIVEIRA CLETO
ADVOGADOS : EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA - SP130403
MARIA CRISTINA H RAITZ CERVENCOVE - SP124671
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MONIQUE MOURA SILVA
INTERES. : JULIANO MENDES DE SOUZA
INTERES. : TAIS MOURA SILVA
ADVOGADOS : EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA - SP130403
MARIA CRISTINA H RAITZ CERVENCOVE - SP124671

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão da decisão liminar proferida neste *habeas corpus*, formulado em benefício da corré FLÁVIA ROBERTA DE OLIVEIRA CLETO, quanto à decisão liminar que manteve a prisão domiciliar das rés MONIQUE MOURA SILVA e TAIS MOURA SILVA, mesmo diante do início da execução provisória da pena.

Nessa perspectiva, narra que a requerente foi denunciada e condenada nos mesmos termos das pacientes Monique e Tais. Além disso, também estava em regime de prisão domiciliar, nos termos do artigo 318, V, do Código de Processo Penal, o qual foi revogado, diante do acórdão condenatório que determinou o início da execução provisória da pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

É o breve relatório.

Presentes os pressupostos legais, admito o processamento do pedido de extensão formulado em benefício de FLAVIA ROBERTA DE OLIVEIRA CLETO.

Como é cediço, o deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado, a teor do artigo 580 do Código de Processo Penal, segundo o qual "*no caso de*

Superior Tribunal de Justiça

concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".

A questão jurídica limita-se, portanto, a verificar se a postulante está na mesma situação fático-processual das pacientes, a fim de que a ela sejam estendidos os benefícios da concessão da liminar, mantendo-se a prisão domiciliar da requerente.

A resposta é sim.

A decisão cujos efeitos se objetiva a extensão, proferido nestes autos para perpetuar a prisão domiciliar, sustenta-se nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 333/341):

(...)

No caso dos autos, verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento parcial da medida de urgência.

Os pacientes foram condenadas em segunda instância às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão (Monique e Juliano) e 5 anos de reclusão (Taís), no regime inicial fechado, e o Tribunal estadual determinou a expedição de mandado de prisão e o imediato início da execução provisória da sanção imposta.

Efetivamente, esse é o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotado a partir do julgamento do Habeas Corpus n. 126.292:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.
1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).

Vale lembrar que, para o Relator do caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, Ministro Teori Zavaski, a manutenção da

Superior Tribunal de Justiça

sentença pelo Tribunal revisor encerra a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena. Embora tal decisão não seja dotada de efeito vinculante, o novo entendimento aplicado pelo Pleno não pode ser desconsiderado por esta Corte.

Apesar de eventuais recursos especial e extraordinário não serem dotados de efeito suspensivo, na espécie, a jurisdição das instâncias ordinárias, soberana na apreciação das provas, ao que parece, já se encerrou, porquanto os embargos de declaração opostos perante o Tribunal Estadual já foram julgados, não havendo notícia de interposição de outros recursos sujeitos à revisão do próprio tribunal estadual.

Acerca da prisão domiciliar, dispõe o inciso V do art. 318 do Código de Processo Penal, incluído pela Lei n. 13.257/2016):

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Sobre o tema, o Colegiado da Suprema Corte, por ocasião do julgamento do Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP, concluiu que a norma processual (art. 318, IV e V) alcança a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, relacionadas naquele writ, bem ainda todas as outras em idêntica condição no território nacional.

Com efeito, o regime jurídico da prisão domiciliar, especialmente no que diz respeito à proteção da integridade física e emocional da gestante e dos filhos do agente, e as inovações trazidas pela Lei n. 13.257/2016 decorrem, indiscutivelmente, do resgate constitucional do princípio da fraternidade (Constituição Federal, preâmbulo e art. 3º).

Nesse contexto, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na sessão desta terça-feira (20) [20/2/2018], por maioria de votos, **conceder Habeas Corpus (HC 143641) coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por**

Superior Tribunal de Justiça

domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, sem prejuízo da aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP) (Notícia veiculada no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal)

Ao conceder o habeas corpus, realmente a Suprema Corte lembrou que o artigo 318 do Código de Processo Penal (que permite a prisão domiciliar da mulher gestante ou mãe de filhos com até 12 anos incompletos) foi instituído para adequar a legislação brasileira a um compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil nas Regras de Bangkok. Essa alteração no CPP foi dada pelo Estatuto da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016).

Em data recente, sobreveio a Lei n. 13.769/2018, de 9/12/2018, introduzindo os artigos 318-A e 318-B no Código de Processo Penal:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.

Efetivamente, a novel legislação estabelece um poder-dever para o Juiz substituir a prisão preventiva por domiciliar de gestante, mãe de criança menor de 12 anos e mulher responsável por pessoa com deficiência, sempre que apresentada prova idônea do requisito estabelecido na norma (art. 318, parágrafo único), ressalvadas as exceções legais.

No caso, as pacientes haviam sido beneficiadas com a conversão da prisão preventiva em domiciliar, mas, diante da confirmação da condenação, foi determinada a expedição do mandado de prisão, para se dar início à execução provisória da pena.

*Contudo, há precedentes desta Corte autorizando a concessão de prisão domiciliar **mesmo em execução provisória da pena**, não se podendo descurar, ademais, que a prisão domiciliar é instituto previsto tanto no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, para substituir a prisão preventiva de mulher*

Superior Tribunal de Justiça

com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, quanto no art. 117, inciso III, da Lei de Execuções Penais, que se refere à execução provisória ou definitiva da pena, para condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.

Nesse encadeamento de ideias, uma interpretação teleológica da Lei n. 13.257/2016, em conjunto com as disposições da Lei de Execução Penal, e à luz do constitucionalismo fraterno, previsto no art. 3º, bem como no preâmbulo, da Constituição Federal, revela ser possível se inferir que as inovações trazidas pelo novo regramento podem ser aplicadas também à fase de execução da pena, conforme já afirmado pela Quinta Turma.

(...)

Portanto, considero legítima a substituição da prisão preventiva por domiciliar, em razão de as pacientes Monique e Tais se tratarem de mães de crianças menores de 12 anos, que não praticaram crime com violência ou grave ameaça, nem contra suas descendentes, sendo, ademais primárias.

Prevalecem, pois, neste momento, as razões humanitárias.

Oportuno destacar que "essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (...) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como 'fraterna'". (HC n. 94163, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 2/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23/10/2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851)

Dessa forma, a fim de proteger a integridade física e emocional dos filhos menores e pela urgência que a medida requer, mister autorizar a substituição da prisão da paciente, ainda que se tratasse de execução provisória da pena, pela prisão domiciliar, com fundamento nos arts. 117, inciso III, da Lei de Execuções Penais e no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, com alicerce, ainda, no Preâmbulo e no art. 3º da Constituição Federal.

*Ante o exposto, defiro o pedido liminar **para manter a prisão domiciliar inicialmente concedida às pacientes MONIQUE e TAÍS**, sem prejuízo da fixação de outras medidas cautelares, a critério do Juízo a quo.*

Quanto ao paciente JULIANO, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos

Superior Tribunal de Justiça

autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

(...)

Depreende-se que a conduta e situação fática da ré mostra-se símile, e que a fundamentação utilizada por este relator, ao deferir o pedido liminar a MONIQUE MOURA SILVA e TAIS MOURA SILVA , não tem caráter exclusivamente pessoal.

Portanto, tendo-se em conta que o Juízo *a quo* determinou a execução provisória da pena em prejuízo da prisão domiciliar das pacienteS e da requerente, sob a mesma fundamentação (e-STJ fl. 146/166), a extensão dos efeitos da decisão liminar em tela se mostra adequada.

Nesse sentido, esta é a orientação desta Corte Superior:

PEDIDOS DE EXTENSÃO EM HABEAS CORPUS (9 REQUERENTES). PACIENTE TRANSFERIDO AO PRESÍDIO FEDERAL. FUNDAMENTAÇÃO ORIGINÁRIA DEFICIENTE. PEDIDO ACOLHIDO PELA 5ª TURMA. IDENTIDADE DE SITUAÇÕES PROCESSUAIS EM RELAÇÃO A 4 (QUATRO) REQUERENTES. EXTENSÕES DEFERIDAS.

1. A teor do art. 580 do Código de Processo Penal, o deferimento do pedido de extensão exige que os corréus estejam na mesma condição fática/processual daquele já beneficiado.

2. Verificada a identidade fática-processual entre a situação do paciente, que teve o pedido de retorno ao Presídio Estadual concedido pela 5ª Turma, e a de 4 (requerentes), uma vez que a decisão de transferência é única e não se encontra fundada em motivos de caráter pessoal.

3. Pedidos de extensão deferidos somente em relação aos requerentes WILTON CARLOS RABELLO QUINTANILHA, MARCELO FONSECA DE SOUZA, BRUNO OLIVEIRA DA SILVA LOUREIRO e MARCOS MARINHO DOS SANTOS, com o fim de determinar o retorno dos apenados a um dos estabelecimentos penais do Rio de Janeiro, a critério do Juízo da Vara de Execuções Penais da Capital. (Pext no HC-167.747/RJ, de minha relatoria, Quinta Turma, j. em 23/6/2015, DJ de

Superior Tribunal de Justiça

29/6/2015).

[...] 9. Com é sabido, o art. 580 do Código de Processo Penal permite que, na hipótese de concurso de agentes, a decisão judicial favorável proferida em favor de um acusado se estenda aos demais, desde que as situações fático-processuais sejam idênticas e a concessão do benefício não esteja fundada em motivos de caráter eminentemente pessoal. [...] 11. Diante do exposto, não conheço do habeas corpus. Com base no art. 580 do CPP, concedo a ordem de ofício para estender os efeitos do acórdão proferido nos autos da Apelação Criminal nº 2005.07.1.020967-5 à ora paciente e, em consequência, declaro a nulidade do Processo nº 2005.07.1.020971-4, determinado a imediata expedição de alvará de soltura em seu favor. (HC-217.944/DF, Rel. Min. Og Fernandes, Sexta Turma, j. em 18/10/2012, DJ de 31/10/2012).

Ante o exposto, **defiro o pedido de extensão.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator